






DOCUMENTOS QUE EMBASARAM A PESQUISA DE PREÇOS

Órgão : CM DE SÃO BORJA, Instrumento : Contrato, Nr. : 30, Ano : 2024, Assinatura : 19/07/2024							
	Item	Qtd.	Un.	Valor Un. Inicial	Valor Total Inicial	CPF/CNPJ	Fornecedor
	NOBREAK • Modelo monovolt: entrada 115/127V e saída 115V • Modelo bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V • Potência 1200VA 600W • Filtro de linha • Estabilizador interno com 4 estágios de regulação • Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM) • DC Start (possibilita ligar o nobreak mesmo na ausência de rede elétrica) • Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil • Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída • Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado • Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga • True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica • Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno • Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal • Interativo - regulação on-line • Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL) • Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares) • Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações • Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações • Botão liga/ desliga temporizado com função Mute: evita o acionamento ou desacionamento acidental, além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento • Porta fusível externo com unidade reserva. Referência para qualidade do produto: INTELBRAS, similar ou de qualidade superior	5,00	unidade	980,00	4.900,00	26184320000132	Luiz Cesar Thomas

Pregão Presencial 25 / 2024		 	◀ Voltar
Órgão	58001 - CM DE SÃO BORJA		
Objeto	Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição no documento de formalização de demanda e na tabela do item 1.1 do Edital e em conformidade com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.		
Abertura	11/07/2024		
Situação	Encerrada		
Valor Estimado	109.344,55		
Valor Homologado	96.330,00		
Resultado	Concluída		
Homologação	18/07/2024		


Contrato 30/2024		 	◀ Voltar
Órgão	CM DE SÃO BORJA		
Licitação	Pregão Presencial 25 / 2024		
Objeto	Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição no documento de formalização de demanda e na tabela do item 1.1 do Edital e em conformidade com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.		
Contratado	Luiz Cesar Thomas (26.184.320/0001-32)		
Assinatura	19/07/2024		
Vigência	19/07/2024 a 02/08/2024		
Valor Inicial	24.140,00		
Valor Atual	24.140,00		

Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 72 / 2024	
Órgão	88031 - PM DE FORQUETINHA
Objeto	Registro de Preços visando eventual e futura aquisição de equipamentos de Informática.
Abertura	17/12/2024
Situação	Encerrada
Valor Estimado	557.428,30
Valor Homologado	464.999,60
Resultado	Concluída
Homologação	23/01/2025

Ata de Registro de Preços 6/2025


Órgão	PM DE FORQUETINHA
Licitação	Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 72 / 2024
Objeto	Registro de Preços visando eventual e futura aquisição de equipamentos de Informática.
Contratado	ELITH INFORMATICA LTDA (44.450.107/0001-07)
Assinatura	27/01/2025
Vigência	27/01/2025 a 27/01/2026
Valor Inicial	342.679,60
Valor Atual	342.679,60

Órgão : PM DE FORQUETINHA, Instrumento : Ata de Registro de Preços, Nr. : 6, Ano : 2025, Assinatura : 27/01/2025

	Item	Qtd.	Un.	Valor Un. Inicial	Valor Total Inicial	CPF/CNPJ	Fornecedor
	MICROCOMPUTADOR COMPLETO Características mínimas do produto descritas no Edital de Pregão Eletrônico N° 072/2024	40,00	unidade	8.449,99	337.999,60	44450107000107	ELITH INFORMATICA LTDA

Acesso em: https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:10:::NO:10:P10_ID_LICITACAO,P10_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:1252941,23,&cs=1zadrGCVbcVszsEIUDrQ_yMUkuPU

Órgão : CM DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, Instrumento : Contrato, Nr. : 38, Ano : 2024, Assinatura : 11/09/2024

	Item	Qtd.	Un.	Valor Un. Inicial	Valor Total Inicial	CPF/CNPJ	Fornecedor
	Monitor 19,5 polegadas, LED, alimentação 19v, 20mk400h	4,00	unidade	1.115,00	4.460,00	14543952000166	Ronaldo dos Santos Oliveira Ltda

Processo de Dispensa 15 / 2024

Órgão	57601 - CM DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
Objeto	Aquisição de monitor 19,5 polegadas, LED, alimentação 19v, 20mk400h
Data	22/08/2024
Situação	Encerrada
Valor Contratado	4.460,00
Contratado	Ronaldo dos Santos Oliveira Ltda (14.543.952/0001-66)

Contrato 38/2024

Órgão	CM DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
Licitação	Processo de Dispensa 15 / 2024
Objeto	Aquisição de monitor 19,5 polegadas, LED, alimentação 19v, 20mk400h
Contratado	Ronaldo dos Santos Oliveira Ltda (14.543.952/0001-66)
Assinatura	11/09/2024
Vigência	11/09/2024 a 11/09/2025
Valor Inicial	4.460,00
Valor Atual	4.460,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA
EDIFÍCIO PRESIDENTE GETÚLIO DORNELLES VARGAS


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024
– TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO Nº 37/2024

No dia 18 de julho de 2024, após constatada a regularidade dos atos procedimentais e documentais, em conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº 02/2024, a autoridade competente, **Vereador Jefferson Olea Homrich**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, **HOMOLOGA** a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 02/2024, menor preço por item, e convoca as licitantes para assinarem os contratos.

OBJETO: Aquisição de computadores/desktop, notebooks, impressoras, mouses, teclados, fontes de alimentação, SSDs e nobreaks, para a Câmara Municipal, observadas as especificações do Termo de Referência, conforme Anexo I.

Adjudicado para: CRISTIANE APARECIDA COLPO BORCHARDT ME, CNPJ nº 26.512.234/0001-01, no valor de R\$14.490,00 (quatorze mil e quatrocentos e noventa reais); LUIZ CÉSAR THOMAS – EPP, CNPJ nº 26.184.320/0001-32, no valor de R\$24.140,00 (vinte e quatro mil e cento e quarenta reais); TAUIR SCHUMACHER – ME, CNPJ nº 15.759.650/0001-92, no valor de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); e TERABYTE SOLUÇÕES EM TI LTDA, CNPJ nº 30.713.195/0001-88, no valor de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

São Borja, 18 de julho de 2024



Vereador Jefferson Olea Homrich
Presidente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
DE VEREADORES DE SÃO BORJA/RS E A EMPRESA
LUIZ CÉSAR THOMAS – MASTER COMERCIAL.**

CONTRATO nº 30/2024

PROCESSO nº 37/2024

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. CONTRATANTE: A **CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO BORJA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Deputado Olinto Aramy Silva, nº 1043, centro, CEP 97670-000, telefone (55) 3431-0170, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.791.997/0001-38, por determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal Sr. JEFFERSON OLEA HOMRICH, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 419.553.400-30, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente **CÂMARA DE VEREADORES**.

1.2. CONTRATADA: A empresa **LUIZ CÉSAR THOMAS – MASTER COMERCIAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.187.320/0001-32, com sede localizada na Av. Osmar Trommenschlager, 340, Santa Rosa – RS, neste ato representa por Luiz César Thomas, CPF nº 708.578.900-00, que para os efeitos deste instrumento denomina-se **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O contrato em tela reger-se-á pelas disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas legais pertinentes e pelo instrumento convocatório do PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente instrumento tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DESKTOP, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, MOUSES, TECLADOS, FONTES DE ALIMENTAÇÃO, SSDs E NOBREAKs PARA CÂMARA MUNICIPAL**, nos termos, condições e especificações contidas no instrumento convocatório e nos autos do PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024.

3.2. O regime de execução é o de preço unitário.

3.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.3.1. O Termo de Referência.

3.3.2. O Edital de Licitação.

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

**LUIZ
CESAR
THOMAS.**
2618432
0000132

Assinado de
forma digital
por LUIZ CESAR
THOMAS:26184
320000132
Dados:
2024.07.23
10:38:03 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

3.3.3. A proposta do contratado.

3.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3.4. As especificações do objeto do item, as suas quantidades máximas, o preço adjudicado e o seu respectivo fornecedor são os que seguem, sem prejuízo das demais condições presentes na proposta vencedora ou no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pelos materiais objeto desta avença a CÂMARA DE VEREADORES pagará à CONTRATADA, de acordo com a proposta vencedora, o valor total de R\$ 24.140,00 (vinte e quatro mil cento e quarenta reais), com os preços unitários, a saber:

Item	Qtde.	Marca	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
03	05	HP/ M432FDN	IMPRESSORAS; Referência para qualidade do produto: HP LASERJET PRO MFP m428, similar ou de qualidade superior	R\$ 3.280,00 (três mil duzentos e oitenta reais)	R\$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais)
05	05	5+	TECLADO ABNT2 com conector USB	R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais)	R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)
06	05	C3TECH	MOUSE Ótico com conector USB Dispositivo dotado com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas ? “scroll”)	R\$ 29,00 (vinte e nove reais)	R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais)
07	05	DUEX	FONTE DE ALIMENTAÇÃO Com no máximo 350 Watts Auto Sensing, com eficiência energética de 85% comprovada pela 80plus na categoria bronze ou superior.	R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais)	R\$ 1.275,00 (um mil duzentos e setenta e cinco reais)
08	06	ADATA	SSD 240GB Leitura: 520MB/s Gravação:450MB/s	R\$ 200,00 (duzentos reais)	R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
			NOBREAK ? Modelo monovolt: entrada 115/127V e saída 115V ? Modelo bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V ? Potência 1200VA 600W ? Filtro de linha ?		

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR
THOMAS:261
84320000132

Assinado de forma digital por LUIZ CESAR THOMAS:26184320000132
Dados: 2024.07.23 10:38:17 -03'00'



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA

09	05	SMS	Estabilizador interno com 4 estágios de regulação ? Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM) ? DC Start (possibilita ligar o nobreak mesmo na ausência de rede elétrica) ? Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil ? Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída ? Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado ? Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga ? True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica ? Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno ? Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal ? Interativo - regulação on-line ? Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL) ? Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares) ? Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras	R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais)	R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)
----	----	-----	--	--	---

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR
THOMAS:261
84320000132

Assinado de forma digital por LUIZ CESAR THOMAS:26184320000132
Dados: 2024.07.23 10:38:29 -03'00'



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA

			informações ? Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações ? Botão liga/ desliga temporizado com função Mute: evita o acionamento ou desacionamento acidental, além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento ? Porta fusível externo com unidade reserva. Referência para qualidade do produto: INTELBRAS, similar ou de qualidade superior		
--	--	--	---	--	--

4.2. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a CÂMARA DE VEREADORES, após a prestação total do objeto licitado, a respectiva nota fiscal-eletrônica/fatura, acompanhada do relatório de entrega dos materiais a que o pagamento se referir.

4.3. O pagamento do preço pactuado será efetuado, de acordo com os materiais entregues. O prazo para pagamento será de até 28 (vinte e oito) dias corridos após a entrada da Nota Fiscal na Divisão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores, seguindo a ordem cronológica e a disponibilidade financeira.

4.3.1. A nota fiscal-eletrônica/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções; nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal-eletrônica/fatura, sem incorreções.

4.4. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária em nome da CONTRATADA, conforme do número da Conta-Corrente, Banco e Agência previamente informado em sua proposta de preços.

4.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR
THOMAS:2
618432000
0132

Assinado de forma
digital por LUIZ
CESAR
THOMAS:2618432
0000132
Dados: 2024.07.23
10:38:42 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

- 4.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20.06.2024.
- 4.7. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.7.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.7.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 4.7.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 4.7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.8. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

- 5.1. O local de entrega será na Rua Deputado Olinto Aramy Silva, nº 1043, centro. Prazo para entrega será de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogáveis a critério da Câmara de Vereadores.
- 5.4. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. Para cobertura das despesas oriundas deste processo licitatório serão utilizados os recursos da secretaria Câmara Municipal de Vereadores, constantes das dotações do orçamento vigente de 2024, suplementada se necessário.

01 Câmara de Vereadores

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR
THOMAS:2
618432000
0132

Assinado de forma digital por LUIZ CESAR THOMAS:26184320000132
Dados: 2024.07.23 10:38:54 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

- 01.01 Gestão Administrativa Legislativa
1.001: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
3.4.4.90.52.00.00.0001: Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 7.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.2. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;
- 8.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no Edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- 8.4. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- 8.5. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.
- 8.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.8. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.11. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR
THOMAS:2
618432000
0132

Assinado de forma digital por LUIZ CESAR THOMAS:26184320000132
Dados: 2024.07.23 10:39:06 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

- 8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do Edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- 9.2. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações aqui dispostas, além das previstas no Termo de Referência;
- 9.3. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- 9.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- 9.5. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em Edital e no presente contrato;
- 9.6. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 9.7. Substituir, reparar ou corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou dos materiais empregados;

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR Assinado de forma
digital por LUIZ
THOMAS:26 CESAR
184320000 THOMAS:261843200
00132
Dados: 2024.07.23
10:39:20 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

- 9.8.** A CONTRATADA, por si e seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei Federal nº 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento de dados dos clientes;
- 9.9.** Ocorrendo a propositura de Reclamação Trabalhista por empregado ou ex empregado da CONTRATADA alocado na execução dos serviços objeto deste Instrumento e na qual seja citada a CONTRATANTE na condição de reclamada ou litisconsorte passiva, fica a CONTRATANTE autorizada a fazer a retenção do valor reclamado e dos pertinentes aos depósitos judiciais de qualquer crédito da CONTRATADA ou, se insuficiente este, da Garantia de Cumprimento do Contrato, até o trânsito em julgado da lide, cujos fatos serão levados ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO pelo Órgão Jurídico da CONTRATANTE;
- 9.9.1.** Sendo julgada procedente a reclamação trabalhista, o valor retido será destinado à satisfação da condenação, obrigando-se, ainda, a CONTRATADA a complementar o valor devido ao empregado, caso a retenção seja insuficiente;
- 9.9.2.** Sendo julgada improcedente a reclamação trabalhista, depois de transitada em julgado a decisão, o valor reclamado e retido em espécie será devolvido à CONTRATADA atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA "pro rata tempore", exceto o pertinente aos depósitos recursais, os quais serão devolvidos nos termos do subitem 9.9;
- 9.9.3.** Os valores relativos aos depósitos recursais serão considerados como parte do pagamento de indenização trabalhista do processo correspondente ao depósito; caso a CONTRATANTE seja excluída do feito em Instância Superior, o quantum dos depósitos recursais será devolvido à CONTRATADA quando de sua liberação e no mesmo valor liberado;
- 9.10.** Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.10.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.11.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.12.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

"São Borja – Terra dos Presidentes."

LUIZ CESAR Assinado de
forma digital por
THOMAS:2 LUIZ CESAR
618432000 THOMAS:2618432
0000132
0132 Dados: 2024.07.23
10:39:32 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

- 9.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Câmara de Vereadores ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.14. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.16. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 9.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.18. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações da Câmara de Vereadores, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis (16) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze (14) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

Assinado de forma
digital por LUIZ
CESAR
THOMAS:261
84320000132 0000132
Dados: 2024.07.23
10:39:44 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

- 9.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado que: der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021); Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021); Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021). Multa: Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 02 (dois) dias; O atraso superior a 02 (dois) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

**LUIZ CESAR
THOMAS:261**
84320000132

Assinado de forma
digital por LUIZ CESAR
THOMAS:26184320000
132
Dados: 2024.07.23
10:39:57 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021);

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021) e na Relação dos Apenados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

11.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, constante do Processo Licitatório – Pregão Presencial nº 02/2024;

11.2. Considerando a entrega única dos itens alvo desta licitação fica expressamente consignado que a fiscalização da execução do objeto do contrato estará a cargo de LEANDRO BARTMANN MAURER, ocupante do cargo Chefe de Gabinete Parlamentar da Câmara de Vereadores, portador da Cédula de Identidade RG nº 8056573242, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.295.490-00, ou pelo respectivo substituto (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput);

11.3. O respectivo substituto será designado pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.4. O Fiscal ou Gestor do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

**LUIZ
CESAR
THOMAS**
:2618432
0000132

Assinado de
forma digital
por LUIZ CESAR
THOMAS:26184
320000132
Dados:
2024.07.23
10:40:10 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTE À LGPD

- 13.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;
- 13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 13.6. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- 13.7. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;
- 13.8. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;
- 13.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art.92, XIX)

- 14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ CESAR
THOMAS:2
618432000
0132

Assinado de forma digital por LUIZ CESAR THOMAS:26184320000132
Dados: 2024.07.23 10:40:22 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual;

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

14.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas;

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021);

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contrato mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas municipais ou federais aplicáveis e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

“São Borja – Terra dos Presidentes.”

LUIZ
CESAR
THOMAS:2
61843200
00132

Assinado de
forma digital por
LUIZ CESAR
THOMAS:261843
20000132
Dados:
2024.07.23
10:40:34 -03'00'



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021);

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de São Borja/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.2. Este contrato está sob a égide da legislação civil, não gerando qualquer vínculo empregatício entre as partes e/ou pessoal envolvido na sua execução. E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim e perante testemunhas.

São Borja/RS, 19 de julho de 2024.

LUIZ CESAR

THOMAS:26184320000132

Assinado de forma digital por LUIZ
CESAR THOMAS:26184320000132
Dados: 2024.07.23 10:40:56 -03'00'

**Câmara de Vereadores de São Borja
Vereador Jefferson Olea Homrich**

**Presidente
CONTRATANTE**

**Luiz César Thomas – Master Comercial
CNPJ nº 26.187.320/0001-32
CONTRATADA**

Testemunhas:

“São Borja – Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BORJA

Nome: _____ CPF nº _____	Nome: _____ CPF nº _____
-----------------------------	-----------------------------

LUIZ CESAR

THOMAS:261

84320000132

Assinado de forma
digital por LUIZ CESAR
THOMAS:26184320000
132
Dados: 2024.07.23
10:41:12 -03'00'

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Forquethina
Departamento de Compras
Registro de Preços Eletrônico - 072/2024

Resultado da Homologação

0001 - MICROCOMPUTADOR COMPLETO - Inspiron 24 - Core 7-150U - Valor Referência: 9.333,33

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELITH INFORMATICA LTDA	8.449,99	337.999,60	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

0002 - SMARTPHONE - GALAXY A15 - Valor Referência: 2.950,00

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SM INFO COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA	1.300,00	26.000,00	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

0003 - TABLET - A9+ WI-FI (SM-X210) + Capa e Caneta - Valor Referência: 1.531,30

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
EMPORIO DAS LICITACOES COMERCIO LTDA	1.250,00	25.000,00	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

0004 - SMART TV - 55RK8600 - Valor Referência: 2.674,39

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA	2.120,00	42.400,00	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

0005 - ARMÁRIO ALTO DUAS PORTAS - A2P - Valor Referência: 893,66

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA	652,00	6.520,00	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

0006 - MONITOR DE LED - VH240 G2 - Valor Referência: 957,80

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELITH INFORMATICA LTDA	468,00	4.680,00	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

0007 - MESA DE ESCRITÓRIO - mesa L - Valor Referência: 2.246,67

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
IRM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	2.240,00	22.400,00	Homologado em 23/01/2025 16:57:02 Por: Paulo Jose Grunewald

Paulo Jose Grunewald
Autoridade Competente





**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE FORQUETINHA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 006
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2024**

O **MUNICÍPIO DE FORQUETINHA**, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua Johann Kremer, 1316, Centro, na cidade de Forquethin, CEP 95.937-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 04.214.401/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. PAULO JOSÉ GRUNEWALD**, doravante denominado MUNICÍPIO, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 1701 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 072/2024, protocolada sob número 1102/2024, RESOLVE registrar os preços para a aquisição de equipamentos de informática.

1. DO SIGNATÁRIO DA ATA

1.1 A partir desta data ficam registrados no MUNICÍPIO os preços do fornecedor a seguir relacionado, nas condições estabelecidas no ato convocatório, para o fornecimento eventual dos itens discriminados no item 2.

SIGNATÁRIO DA ATA: ELITH INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.450.107/0001-07, com sede na Rua Frederico Bunn, nº 309, sala 06, bairro Centro, Biguaçu-SC, representada por sua Representante Legal, Sra. Keila Santos de Amorim Koche, CPF nº 045.780.979-51.

2. DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 Consideram-se registrados os seguintes preços:

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	MICROCOMPUTADOR COMPLETO	Inspiron 24 - Core 7-150U	Dell	40 UN	R\$ 8.449,99	R\$ 337.999,60
0006	MONITOR DE LED	VH240 G2	VIPH	10 UN	R\$ 468,00	R\$ 4.680,00
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 342.679,60	

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O presente Registro de Preços terá validade por 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE FORQUETINHA**

3.2 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

4. DA EXECUÇÃO DA ATA

4.1 Durante a execução da presente ata deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 072/2024.

4.2 - A SIGNATÁRIA DA ATA indica o funcionário **KEILA SANTOS DE AMORIN KOCHÉ**, como responsável por sanar quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente contrato, podendo ser contatado pelo telefone (48) 99199-8572 e/ou endereço eletrônico empenho@elithinformatica.com.br.

5. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/21 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.2 Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/21, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o signatário da Ata será convocado pelo MUNICÍPIO para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO.



Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE FORQUETINHA

6.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7. DA ENTREGA:

7.1. Os produtos ofertados deverão ser entregues de forma fracionada, conforme solicitação, junto ao Centro Administrativo do Município, onde um funcionário acompanhara até o local destino, durante os seguintes horários (Manhã: 08h00min às 11h00min e Tarde: 14h00min às 16h00min) e não serão recebidos quando apresentarem indícios ou características que possam comprometer sua utilização.

7.1.1. Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a licitante vencedora descarregar e armazenar os produtos em local indicado por servidor, comprometendo-se integralmente por eventuais danos causados em decorrência dessas atividades.

7.2. O prazo para a entrega dos itens será de **10 (dez) dias** contados da data de envio do empenho.

8. DO PAGAMENTO

8.1. A nota fiscal/fatura deve ser emitida em nome do Município de Forquethina (CNPJ 04.214.401/0001-03) e deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico, da nota de empenho, indicação do recurso utilizado para pagamento e se necessária indicação do fundo repassador do recurso



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE FORQUETINHA**

(estadual ou federal) a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.1.1. Caso houver, a licitante deverá indicar o número/título do Convênio, Termo de Parceria, Contrato de Repasse, Programa ou outro instrumento originário;

8.2. Somente será efetuado o pagamento constatada a regularidade com o FGTS e da CND/INSS.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 15 (quinze) dias da entrega dos materiais discriminados na nota de empenho.

8.3.1. Vale ressaltar que os pagamentos obedecerão à ordem cronológica dos pagamentos, conforme Decreto Municipal 993 de 30 de Setembro de 2015.

8.4. A licitante deverá informar na Nota Fiscal a alíquota correspondente ao bem fornecido ou serviço prestado, ou declarar eventual isenção, não incidência ou imunidade, nos termos do art. 2º e 3 da IN RFB nº 1.234/2012, notadamente, o §6º, combinados com o art. 1º do Decreto Municipal nº 1638/2022 sob pena de serem considerados inidôneos e, portanto, inaptos para pagamento, reservando-se, ao MUNICÍPIO, o direito de exigir a substituição do documento fiscal ou a retenção de ofício nos termos do art. 1º do Decreto Municipal nº 1638/2022.

8.4.1. Conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, caso a licitante seja amparada pela retenção do IR, não incidência ou alíquota zero, deverá informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.5. Serão processadas as retenções pertinentes ao objeto da contratação, nos termos da lei que regula a matéria.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 20 do Edital.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE FORQUETINHA

10.1 O foro da Comarca de Lajeado/RS é o competente para solucionar os litígios decorrentes desta Ata, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.3 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n. ° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

FORQUETINHA(RS), 27 de janeiro de 2025.

MUNICÍPIO DE FORQUETINHA

VIANEI ANDRÉ NOLL

PREFEITO

ELITH INFORMÁTICA LTDA

KEILA SANTOS DE AMORIN KOCHÉ

REPRESENTANTE LEGAL

Testemunha: _____

C.P.F.:

Testemunha: _____

C.P.F.:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

**TERMO DE FORMALIZAÇÃO DE DISPENSA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2024**

Fica dispensável de licitação a despesa abaixo especificada, em observância ao Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do Art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal.

Objeto: Aquisição de monitores

Valor total estimado: R\$ 4.460,00

Empresa: Ronaldo dos Santos Oliveira LTDA

CNPJ: 14.543.952/0001-66

Endereço: Rua Capitão João de Oliveira Lima

Santo Antônio da Patrulha/RS, 05 de setembro de 2024.

SERGIO ALEXANDRE AIROLDI
Presidente do Legislativo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MONITORES 038/2024

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024

CONTRATANTE: LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 89.834.410/0001-41, estabelecida na Av. Borges de Medeiros, nº 602, em Santo Antônio da Patrulha, neste ato representada por seu Presidente, Ezequiel Peixoto Muniz.

CONTRATADA: RONALDO DOS SANTOS OLIVEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.543.952/0001-66, com sede na Rua Capitão João de Oliveira Lima, Bairro Centro, em Santo Antônio da Patrulha - RS, neste ato representada pelo Sr. RONALDO DOS SANTOS OLIVEIRA LTDA, inscrito no CPF nº 906.773.749-68, residente e domiciliado em Santo Antônio da Patrulha – RS.

As partes vêm firmar o presente Contrato para aquisição de monitores, em observância ao Processo Administrativo nº 021/2024, à Dispensa de Licitação nº 015/2024, com base na Lei nº 14.133/21 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição de monitores para Câmara Municipal, conforme descrição constante no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e orçamento cedido pela empresa em etapa anterior, no que diz respeito às informações do item e seu quantitativo.
- 1.2 A aquisição dos monitores será por intermédio da empresa **Ronaldo dos Santos Oliveira LTDA**, representada pela empresa abaixo discriminada.
- 1.3

RAZÃO SOCIAL/CNPJ	NOME FANTASIA
RONALDO DOS SANTOS OLIVEIRA LTDA CNPJ – 14.543.952/0001-66	BISS INFORMATICA CNPJ – 14.543.952/0001-66



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ITENS SOLICITADOS

Quantidade	Especificação	Valores
4	Monitor 19,5 polegadas, led, alimentação 19v, 20mk400h	Valor R\$ 1.115,00
		Total: R\$ 4.460,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA GARANTIA DOS PRODUTOS:

2.1 A execução do contrato será de conformidade com o previsto na Dispensa de Licitação nº 015/2024, em seus termos e informativos que fundamentam o processo, com subsídios na Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, bem como as cláusulas e condições avençadas, às quais sujeitam-se os contratantes.

2.2 Os produtos deverão ser prestados mediante requisição do setor competente, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

2.3 O produto será prestado em totalidade da requisição, não podendo haver fracionamento ou estrapolação dos limites quantitativos firmados.

2.4 Caso o serviço prestado não corresponda ao que foi solicitado, a CONTRATADA deverá comunicar em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

2.5 O produto se dará de acordo com o contratado, após a solicitação da CONTRATANTE, Câmara de Vereadores, sito a Av. Borges de Medeiros, nº 602, Cidade Alta, em horário de expediente das 08:00h às 17:00, salvo casos de horários especiais previamente acordados entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

3.1 O preço corresponderá ao valor total do produto determinado no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência do Processo de Dispensa de Licitação nº 015/2024, onde será satisfeito até o 5º dia útil após a apresentação da respectiva nota fiscal.

3.2 Para fins de cálculo, o preço total do produto será aquele constante no orçamento cedido pela empresa em etapa anterior do referido processo, sendo este anexo integrante do presente contrato.

3.3 O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, inclusive ISSQN, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), leis sociais, administração, lucros, equipamentos, materiais e ferramental necessário e tudo mais que possa contribuir para o custo final, de modo que, satisfeito, nada mais possa ser exigido com relação a este contrato, a qualquer título, quer presente ou futuramente.

3.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

4.1 A vigência do contrato será de um ano a contar da data de assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 Designar servidor para acompanhar/fiscalizar a execução do contrato.

5.2 Fiscalizar o serviço, objeto deste instrumento, podendo sustar, recusar ou desfazer qualquer situação que não esteja de acordo com as exigências estipuladas.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 Executar o fornecimento na forma estabelecida no presente contrato.

6.2 Comunicar por escrito qualquer fato que, eventualmente, possa comprometer a qualidade do serviço.

6.3 Prestar informações exatas e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE, atendendo suas determinações.

6.4 Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

6.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da administração, dentro do limite permitido pela Lei Federal nº 14.133/21, sobre o valor inicial contratado.

6.6 Executar o serviço de acordo com as especificações previstas no processo de dispensa e contrato.

6.7 Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa.

6.8 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente processo de dispensa, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais.

6.9 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES:

7.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA sujeitar-se-á, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, que poderão ser cumulativas, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Municipal de Santo Antônio da Patrulha e declaração de inidoneidade, na Lei nº 14.133/21.

7.2 O prazo para defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis no caso de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Santo Antônio da Patrulha, de acordo com a Lei nº 14.133/21.

7.3 No descumprimento ou atraso significativo de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, será aplicada multa de 10% (dez por cento) do total da contratação.

7.4 No caso de declaração de inidoneidade ou de suspensão do direito de licitar, a CONTRATANTE comunicará o fato aos demais órgãos da administração municipal, direta e indireta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

7.5 A CONTRATANTE se reserva ao direito de cobrar o valor atinente à multa através de desconto no pagamento da fatura ou diretamente da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:

8.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstas na Lei nº 14.133/21.

8.2 A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos na Lei nº 14.133/21.

8.3 Caso a CONTRATANTE decida não rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento da fatura, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

9.1 Qualquer tolerância das partes, quanto a eventuais infrações das cláusulas contratuais, não implicará perdão, renúncia ou alteração do pactuado.

9.2 A CONTRATADA obriga-se, por si, ou sucessores a qualquer título, ao fiel cumprimento das obrigações deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação do orçamento:

Dotação: 05

Atividade: 2054

Rubrica – 44.90.52

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim jutas e acertadas as partes firmam este ajuste em três vias de igual teor e um só efeito.

Santo Antônio da Patrulha, 11 de setembro de 2024.

SERGIO

ALEXANDRE

AIROLDI:3507

1915049

Assinado de forma
digital por SERGIO
ALEXANDRE
AIROLDI:35071915049
Dados: 2024.09.11
09:19:32 -03'00'

Sérgio Alexandre Airoidi

Presidente do Legislativo Municipal

RONALDO DOS SANTOS
OLIVEIRA

LTDA:14543952000166

Assinado de forma digital por
RONALDO DOS SANTOS OLIVEIRA
LTDA:14543952000166
Dados: 2024.09.11 10:39:45 -03'00'

RONALDO DOS SANTOS OLIVEIRA LTDA.